



MAIS DE 35 ANOS
A CONVERTER
CONHECIMENTO
EM VALOR

Concurso Público

Programa de Procedimento

Aquisição de estação móvel

Data: março de 2025

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

1. TIPO DE PROCEDIMENTO

Concurso público ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, devidamente atualizado.

1.1 Identificação do concurso

Concurso público n.º 2025 Cpub 06 LSTS - Aquisição de estação móvel, nos termos e condições definidas nas especificações constantes do caderno de encargos.

1.2 Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o “INEGI – Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial”, de agora em diante designado por INEGI, titular do NIPC n.º 501 814 957, com sede na rua Dr. Roberto Frias, n.º 400, 4200-465, freguesia de Paranhos, concelho do Porto e com os seguintes contactos para efeito do presente concurso:

- Rua Dr. Roberto Frias, n.º 400, 4200-465, freguesia de Paranhos, concelho do Porto
- Telefone: +351 22 957 87 10
- Fax: +351 22 95 37 352
- Correio eletrónico: inegi@inegi.up.pt
- Plataforma eletrónica de contratação pública: <https://www.acingov.pt>

1.3 Órgão que tomou a decisão de contratar

A deliberação de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração Executivo na reunião de 17.03.2025.

1.4 Órgão competente para prestar esclarecimentos

O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Júri do procedimento.

1.5 Documentos de habilitação

Nos termos do artigo 81.º do CCP, o adjudicatário deve apresentar seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP (Anexo II ao presente convite);
- b) Cópias dos documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do, n.º 1, do artigo 55.º do CCP;

c) Comprovativo da realização do Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos do disposto no art.º 36.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE).

(O registo do beneficiário efetivo é obrigatório para todas as entidades constituídas em Portugal ou que aqui pretendam fazer negócios. Todas as empresas, associações, fundações, entidades empresariais, sociedades civis, cooperativas, fundos ou trusts têm de ter os seus beneficiários efetivos registados)

Os documentos de habilitação do adjudicatário podem ser redigidos em língua portuguesa ou em língua inglesa, sem necessidade de tradução;

Em caso de subcontratação, os documentos referidos no número anterior devem ser apresentados também pelos subcontratados.

Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica indicada em 1.2.

O adjudicatário fica dispensado de apresentação dos documentos previstos nas alíneas b), d), e) e h), do nro. 1, do artigo 55º do CCP se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

1.6 Prazo de apresentação dos documentos de habilitação

Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser obrigatoriamente apresentados no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação da adjudicação, sob pena de não o sendo, nos termos do nº 1 do artigo 86º do CCP, a adjudicação caducar.

Serão concedidos 5 (cinco) dias úteis para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86º do CCP, contados após notificação do adjudicatário, da resposta que defira a pronúncia em sede de audiência prévia, nos termos do nº 2 do referido artigo.

1.7 Proposta e documentos da proposta

A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter>, de acordo com o Anexo I do presente programa;
- b) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do Código dos Contratos Públicos (CCP), cfr Anexo II do presente caderno de Encargos;
- c) Proposta comercial e técnica, completa e elaborada em conformidade com o caderno de encargos;
- d) Cópia da certidão permanente atualizada ou código de acesso ou registo comercial;
- e) Outros documentos que o concorrente apresente ao abrigo do art. 57º, n.º 3, do CCP

- 1.7.1 O preço global da proposta deve ser indicado em algarismos e por extenso, referindo expressamente que não inclui o IVA;
- 1.7.2 Os documentos que constituem a proposta poderão ser submetidos em português ou inglês;

1.8 Assinaturas

Nos termos do nº 4 do artigo 57º do CCP, a declaração referida na alínea a) do número anterior, deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica têm de ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto;

Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

Todos os documentos deverão ser individualmente assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, não bastando, sob pena de exclusão da proposta, a mera assinatura das pastas em que os documentos estejam inseridos.

1.9 Agrupamento concorrente

Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida no número anterior, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

1.10 Idioma

Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou inglesa, sem necessidade de tradução. Em caso de apresentação em outro idioma deverão ser acompanhados da respetiva tradução certificada.

1.11 Propostas variantes

Não serão aceites propostas variantes.

1.12 Modo de apresentação das propostas

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica indicada em 1.2.

1.13 Prazo para apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas até às **23h59m**, do **30º dia** contado da data do envio do anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.

1.14 Prazo de obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

1.15 Critério de adjudicação e desempate

O critério que presidirá à adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade multifator, nos termos do disposto no artigo 74º, n.º 1, al. a), nos termos do modelo de avaliação constante no anexo III, ao presente Programa de Procedimento.

Em caso de empate entre duas ou mais propostas ordenadas em primeiro lugar, será privilegiada a proposta que apresente o menor preço, caso o empate subsista será privilegiada a proposta que apresentar o menor prazo de entrega, caso a situação de empate se mantenha será realizado sorteio entre as propostas ordenadas em primeiro lugar.

1.16 Caução

Não é exigida prestação de caução mas, a fim de garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com a celebração do contrato, nos termos do nº 3 do artigo 88º do CCP, poderá o INEGI, se o considerar conveniente, proceder à retenção até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Se tiver sido esse o caso, o valor retido a que se refere o número anterior é liberado nos termos do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos.

1.17 Possibilidade de adoção de um ajuste direto

Se no futuro vierem a ser necessários novos serviços que consistam na repetição de serviços similares ao do objeto do presente concurso, poderá ser adotado um ajuste direto para a sua aquisição, nos termos e condições do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 27º do CCP.

1.18 Preço anormalmente baixo

Sem prejuízo do disposto no artigo 71º, n.º 2, do CCP, não será definido preço anormalmente baixo.

2. CONTRATO RESERVADO

Não se trata de um contrato reservado, nos termos do disposto nos artigos 54º-A e 250º-D.

3. DESPESAS

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

4. PREVALÊNCIA

As normas do programa do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

5. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente programa do procedimento, aplica-se o disposto no CCP.

6. ANEXOS

Anexo I – DEUCP

Anexo II - Modelo de declaração (Anexo I do CCP)

Anexo III – Modelo de declaração (Anexo II do CCP)

Anexo IV – Modelo de avaliação das propostas

ANEXO I

[Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do nº 1.10 do programa do procedimento]

(Artigo 57º, nº 6 do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, devidamente atualizado)

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pelo INEGI, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- As **PARTES IV e V** do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento.

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em

qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo de declaração

(Artigo 81.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, devidamente atualizado)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo IV

Modelo de avaliação das propostas

Cláusula 1ª

Metodologia de avaliação

1. As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas, avaliadas e, em função disso, hierarquizadas por ordem decrescente de mérito, atenta a modalidade de avaliação multifator.
2. Para efeitos de análise das propostas serão considerados os documentos apresentados pelos concorrentes, sem prejuízo da possibilidade de serem solicitados esclarecimentos quando existam fundadas dúvidas sobre a legitimidade, interpretação ou veracidade dos mesmos.
3. O mérito das propostas será aferido em função dos seguintes fatores e subfactores de análise:

$$NF = 0,10NP + 0,65NQ + 0,25 NE$$

NF – Nota final atribuída à proposta, arredondada às centésimas, considerando os fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação;

NP – Nota atribuída ao preço da proposta;

NQ – Nota atribuída à qualidade da proposta;

NE – Nota atribuída ao prazo de entrega.

Cláusula 2ª

Avaliação do fator económico

1. Para determinação do critério NP, às propostas cujo valor (Preço da Proposta, P_P) seja superior ao Preço Base (P_B) ou cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do Preço Base, preço mínimo (P_M), será atribuída a Nota Final (NF) de 0 (zero) valores, e serão excluídas do concurso, ou seja:

i) Se $P_P < 0,75 P_B$, então $NF = 0$, resulta em potencial proposta anormalmente baixa .

ii) Se $P_P > P_B$, então $NF = 0$, resulta na exclusão da proposta apresentada.

2. As propostas que foram admitidas serão classificadas com as notas NP de 3 a 5, tendo em conta o preço mínimo (P_M) de acordo com a seguinte expressão:

$$NP = 2 * \frac{P_B - P_P}{P_B - P_M} + 3$$

Resulta deste critério que:

Se $P_P = P_M$, então $N_P = 5$

Se $P_P = P_B$, então $N_P = 3$

Em que:

N_P – Nota dada ao preço da proposta

P_P – Preço da proposta em avaliação

P_B – Preço base do concurso

P_M – Preço mínimo estimado para qualquer proposta (75% de P_B)

Cláusula 3ª

Avaliação dos fatores de prazo de entrega

1. Fator prazo de entrega (NE): A componente referente ao prazo de entrega (NE), com uma contribuição de 25% no cálculo da classificação final (NF) é obtida tendo em conta o prazo proposto de entrega pelo adjudicatário, sendo atribuída a equivalente pontuação, de acordo com a seguinte tabela:

Prazo de entrega proposto	Pontuação NE
Menor ou igual a 4 (quatro) meses	5
Superior a 4 (quatro) meses inferior a 6 (seis) meses	3
6 (seis) meses	1

Cláusula 4ª

Qualidade da documentação de apoio à proposta submetida (NQ)

1. Qualidade da documentação de apoio à proposta submetida (NQ): A componente (NQ), com uma ponderação de 65%. Este fator aborda a Qualidade da documentação acessória à proposta, descritiva do bem, e permite a sua correta avaliação. Deverá incluir a mais recente iteração de produtos pelo adjudicatário, para o contexto pretendido, uma análise de conformidade e segurança do bem, assim como todos os detalhes técnicos para a implementação e comissionamento.

2. Será atribuída uma majoração até 10%, mediante a apresentação de um esquemático com a disposição da área de operação, sendo avaliado através de uma escala de 0,000 a 0,100. Os restantes itens da proposta remanescem uma ponderação de 55%, sendo avaliado através de uma escala de 0,000 a 0,550.

3. O valor do fator **NQ** resulta então da aplicação da pontuação constante da tabela seguinte:

Qualidade da documentação de apoio à proposta submetida	Pontuação NQ
---	-----------------

Proposta com excelente qualidade de apresentação da proposta e da informação facultada. As características do bem são extensivamente detalhadas, os componentes e acessórios são inumerados e descritos com profundidade, todos os processos de operação são detalhados passo a passo e com pormenor e a informação sobre operação é providenciada com profundidade.	5
Proposta com muito boa qualidade de apresentação da proposta e da informação facultada. As características do bem são amplamente detalhadas, os componentes e acessórios são inumerados e descritos com detalhe, todos os processos de operação são detalhados passo a passo e com pormenor e a informação sobre operação é providenciada.	4
Proposta com razoável qualidade de apresentação da proposta e da informação facultada. As características do bem são detalhadas, os componentes e acessórios são inumerados e descritos, os principais processos de operação são detalhados com pormenor e a informação sobre operação é providenciada.	3
Proposta que evidencia omissões e falta de detalhe na descrição das funcionalidades e características do bem, não permitindo uma clara aferição das características do equipamento, ou dos seus componentes ou acessórios ou dos seus processos de operação	2
Proposta que apresenta omissões e falta de detalhe graves na descrição das funcionalidades e características do bem impossibilitando uma clara aferição das características do equipamento, ou dos seus componentes ou acessórios ou dos seus processos de operação	1

**MAIS DE 35 ANOS
A CONVERTER
CONHECIMENTO
EM VALOR**

**INEGI - Instituto de Ciência e Inovação
em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial**

Campus da FEUP | Rua Dr. Roberto Frias, 400 | 4200-465 Porto | PORTUGAL
T. +351 22 957 87 10 | F. +351 22 953 73 52 | inegi@inegi.up.pt

www.inegi.up.pt

